

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 4

*Ramalhães*  
*Net*  
*Suárez*

Aos sete dias do mês de Março do ano de mil novecentos e oitenta e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em terceira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais Antônio dos Santos Costa e José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais Rogério da Silva Leitão, José Arménio Sequeira Pereira, José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes, Carlos Vicente Ferreira, Alberto Augusto Faria dos Santos, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Maria Antônia Corça Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Carlos Alberto da Silva Jerônimo, Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Manuel Tavares Duarte, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, Porfírio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes, Amândio Ferreira Canha Júnior, Libério da Silva Santos, Artur José Lopes Lobo.

Pelas 21.00 horas, o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais José Carlos da Silva Neves, Gilberto Parca Madail, Antônio José Valente, Manuel Simões Madail, Armando Manuel Dinis Vieira.

De imediato, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de falta apresentados pelos Vogais José Fernando Betencourt, Artur Lobo que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu nota do pedido de suspensão do mandato por um período não inferior a quinze dias apresentado pelo Vogal Carlos Cândalque submetido à apreciação do plenário, foi o mesmo aceite.

Submeteu, de seguida, à votação o haver ou não período de

*h. h. h. h. h.*  
*per*  
*h. h. h. h. h.*  
. 2 .

antes da ordem do dia, tendo o mesmo sido rejeitado por dezassete votos contra, sete a favor e duas abstenções.

O Vogal Faria dos Santos fez a seguinte declaração de voto: " O Partido Social Democrata pediu período de antes da ordem do dia porque é seu princípio, e porque há factos que vão acontecendo ao longo dos dias que separam as reuniões desta Assembleia que, por afectaram, dignificaram ou serem extremamente importantes para o Concelho, achamos que devem ser trazidos a esta Assembleia. Um dos motivos que nos levou a votar pela existência de um período de antes da ordem do dia, foi o de termos tido conhecimento, na semana transacta, de que os estuários do Tejo, do Mondego, do Sado, do Mira e do Lima são considerados como propícios ao desenvolvimento e ao apoio da comunidade para a aquicultura e toda a ria de Aveiro e sua laguna é considerada como imprópria e de segunda prioridade para os acessos e apoios da comunidade para tal fim, facto que afecta profundamente o nosso concelho e todas as expectativas dos nossos aquacultores e, por isso, não podemos deixar de trazer a nossa palavra de protesto ".

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo solicitou esclarecimentos sobre qual o membro da Câmara que representou aquele Órgão no Congresso Nacional da Associação de Municípios, tendo o Presidente da Câmara informado ter sido ele próprio que esteve presente no referido Congresso.

De imediato, o Presidente tomou a palavra para tecer algumas considerações sobre a calendarização programada para o decorrer dos trabalhos desta Assembleia, salientando, assim que, não decorreu ainda o prazo regimental estabelecido para que se possa iniciar o debate sobre o Plano de Actividades da Câmara e seu Orçamento. Assim, submeteu à consideração do plenário a possibilidade ou não de ser dado início ao debate sobre aqueles documentos, tendo o Vogal Carlos Jerónimo manifestado a sua aceitação sobre a questão colocada, não obstante, assim, ao início da discussão dos documentos já referidos.

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, no uso da palavra e porque se iria dar início à discussão do Plano de Actividades, passou a citar umas declarações feitas pelo Presidente da Câmara ao Diário de Aveiro: " Neste momento é preferível que a Câmara pare, não se preocupando em lançar obras materiais daquelas que se vêem, mas que faça a tal reflexão. Acho que neste momento corremos o risco de nos transformarmos numa cidade de betão e eu sentir-me-ia muito mal se isso acontecesse e fossemos iguais a tantas outras ". Face à citação que acabou de fazer, aquela Vogal perguntou quem fez tal coisa à cidade de Aveiro, pedindo assim que, de futuro a reflexão a fazer seja realmente profunda e que haja bastante cuidado nas aprovações e nos planeamentos em toda a praça da cidade que não tem sido respeitada, tendo o Presidente da mesa solicitado que, dado não ter aquele

*Thim*  
*ms* *duis* . 3 .

assunto cabimento na ordem de trabalhos, fosse o mesmo levantado aquando da apreciação do Plano de Actividades.

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu nota de que, face ao pedido de suspensão apresentado pelo Vogal Carlos Candal, encontrava-se presente na sala o seu legítimo representante, ou seja o Sr. Helder Oliveira dos Santos Filipe.

Pese embora o facto de não terem decorrido os trâmites legais, o Presidente submeteu à consideração do plenário a viabilidade ou não de poder, desde já, ser dado cumprimento aos mesmos.

Não tendo sido manifestada qualquer opinião contraditória pelo plenário, e efectuada que foi a identificação e confirmada a sua legitimidade, tomou assento na reunião o Vogal Helder Oliveira dos Santos Filipe em substituição do Vogal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Imediatamente a seguir, deu-se entrada na Ordem dos Trabalhos.

PONTO Nº. 8 - APRECIÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 1986 - GENERALIDADE: - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara salientou que, previamente à apresentação do Plano de Actividades, pretendia tecer algumas considerações que permitam fazer a ligação entre duas gestões de dois mandatos, começando por fazer referência à situação financeira da Câmara, condição base e fundamental para que um Plano possa ser executado e que, em certa medida condiciona a sua execução.

Assim, deu nota de que a situação financeira da Câmara, que foi bastante ventilada no final do ano transacto, está calculada numa dívida a curto prazo de cerca de 140 mil contos situação que, embora possa ser considerada extremamente gravosa, mas que resultou, fundamentalmente, de diversas imobilizações que se fizeram nos anos de 1984 e 1985, sobretudo em terrenos e edifícios, por que se estava num período de euforia de investimento e porque se entendeu que a Câmara deveria ter uma função promotora e criadora de condições para o investimento no Concelho.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Norberto Correia.

Deu ainda nota de que as obras da Passagem Inferior da Forca, as Eclusas e a aquisição de terrenos e execução do acesso à E.N. 109/7 através das marinhas foram factores que muito pesaram na situação financeira da Câmara, bem como outros factores houve nomeadamente o não recebimento de montantes calculados em cerca de 120 mil contos por participações devidas pelo Estado à Câmara.

Flórida  
MS  
Sousa

Em contrapartida, referiu que o valor dos bens imobilizados da Câmara está calculado em cerca de 300 mil contos, a preço base de licitação, facto que permite concluir que a situação binanceira da Câmara é bastante boa e devidamente controlada, bem como permite encarar o presente mandato e concretamente o ano corrente com alguma expectativa, não querendo dizer com isto que a Câmara se possa abalançar a grandes empreendimentos no decorrer do ano de 1986 pois que pensa que deve ser feita uma grande reflexão, reflexão a que já foi feita referência, por se sentir necessidade de ter de haver muita prudência na sua gestão de tentar humanizar o betão.

Referiu, ainda, que o desenvolvimento e o crescimento da cidade de Aveiro foi concebido pela sua gestão dos anos transactos e que tal facto não inviabilizar uma paragem para reflexão e humanização do crescimento referindo, para que se possa transformar a cidade de Aveiro num grande polo de atracção regional, sem se esquecer que tal crescimento e desenvolvimento passa pela reflexão sobre a juventude a que o Plano pela primeira vez faz referência.

Mais referiu que não gostaria que os nostálgicos desta cidade continuassem a dizer que nos quintais e nas vivendas é que se estava bem, pois entende ser este o grande dilema do crescimento e desenvolvimento.

Reportando-se ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, que resultou do facto de ter que ser manifestada a grande preocupação do poder local, já que se prevê que, por força da substancial redução de verbas a atribuir aos Municípios, venha a atravessar um muito mau período, que será agravado pela extinção do FETT - Fundo Especial de Transportes Terrestres, entidade vocacionada para subsidiar os transportes colectivos e as obras de supressão de passagens de nível, facto que em muito contribuirá para dificultar a gestão da Câmara de Aveiro e de outras que têm transportes colectivos.

Teceu, ainda, longas considerações acerca de problemas de variada ordem que resultam em dificuldades com que as Câmaras se irão deparar, na elaboração dos Planos de Actividades e Orçamento para o ano corrente. Assim deu nota de que, no seu Congresso, a Associação Nacional de Municípios exigiu que as verbas a transferir fossem aumentadas relativamente aos valores divulgados, baseada no argumento de que a percentagem de despesas públicas aumentou em cerca de 17,5%, aumento esse que permitiria, em certa medida, a quebra de capacidade de intervenção das Câmaras.

Dada aquela panorâmica e as condicionantes impostas quanto à elaboração do Plano de Actividades, o Presidente da Câmara realçou que a configuração do Plano obedece às normas legais vigentes bem como realçou que a acti-

*Therisy*  
*ms*  
*Arques* 5.

vidade da Câmara e dos Serviços Municipalizados deverá ser desenvolvida no sentido de encarar problemas básicos fundamentais com investimentos significativos na área da educação, viação e transportes, água e saneamento e meio ambiente, por serem estas algumas das prioridades do Concelho.

Aberto o período da discussão do Plano de Actividades, na generalidade, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para tecer algumas considerações, começando por corroborar as afirmações feitas quanto à redução de receitas para as Câmaras e dar nota do desfazamento existente entre aquela situação e a projecção de objectivos inscritos no Plano, porque, ao contrário do que seria previsível, verifica-se um aumento substancial de projectos introduzidos no Plano, embora seja fácil verificar que para a sua execução, as verbas que se lhes atribuiu são meramente simbólicas demonstrando, assim, ser impossível dar seguimento a todas as obras face às receitas previstas no Orçamento.

Embora tenha iniciado a sua apreciação desta <sup>referiu que</sup> forma/gos <sub>gos</sub> taria de ter começado antes por salientar que, tal como já foi referido nesta Assembleia, teria sido extremamente importante e valorizador da intervenção dos membros da Assembleia que o Plano de Actividades fosse acompanhado de uma exposição escrita da Câmara, pese embora o facto de não ser uma obrigatoriedade legal já que permitiria fazer uma análise mais correcta àquele documento sobre as opções que a Câmara submete à Assembleia Municipal.

Deu, ainda, nota de que não consta no Plano qualquer referência sobre saúde ao contrário do que se tem verificado nos planos dos anos anteriores, salientando ser aquele um aspecto demasiado importante para que a Câmara se alheie do mesmo, embora reconheça que a saúde não é uma consequência directa da acção da Câmara mas onde pode intervir.

Entretanto, deu entrada na sala o Vogal António Rocha Andrade.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Faria dos Santos para salientar que a comunicação efectuada pelo Presidente da Câmara, que se esperava fosse mais concreta quanto ao Plano de Actividades, teve por base uma esplêndida dissertação sobre a situação financeira da Câmara, sobre os problemas que o Poder Local poderá enfrentar no decorrer do ano em curso, sobre acérrimas críticas e más expectativas em relação ao Governo e apenas definiu que os quatro grandes objectivos que a Câmara tem para este ano são a educação, os transportes e viação, água e saneamento e o meio ambiente. Dado que pela primeira vez se aborda o problema da juventude, aquele Vogal perguntou onde se encontra no Plano a solução daquele problema e porque só após nove anos se aborda tal problema.

*shuim* . 6 .  
*ms*  
*António*

Outro tema que gostaria de ver mais esclarecido é o que se relaciona com o meio ambiente, nomeadamente sobre quais as linhas directivas e quais os meios financeiros que estão colocados à disposição da solução dos problemas do meio ambiente.

Concluindo, salientou ter considerado extremamente útil a comunicação efectuada sobre quais as perspectivas e dificuldades com que se poderá deparar o Poder Local. Todavia, pensa aquele Vogal que no diálogo com as Associações que, felizmente, se foram criando no País, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios, concerteza se irão encontrar equilíbrios e correcções que permitam que o Orçamento do Estado venha a ser corrigido das assimetrias que aqui foram indicadas.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, em comentário sobre a apresentação do Plano, salientou que, mais uma vez e pese embora não haver imperativo legal, a Câmara se limitou a apresentar uma listagem que não contempla nem as prioridades nem articulação dos projectos nem uma definição concreta do que efectivamente vai ser feito em 1986, para que os projectos não continuem a transitar de ano para ano.

Reportando-se às considerações tecidas pelo Presidente da Câmara sobre uma interpelação por si efectuada, aquela Vogal disse: " O Senhor Doutor falou que os nostálgicos de Aveiro queriam manter os quintais e as moradias intactos e que deveríamos saber qual a diferença entre crescimento e desenvolvimento. Direi que nós sabemos a diferença entre crescimento e desenvolvimento, daí a nossa grande preocupação. Quanto fiz as referências que fiz, referia-me ao aspecto estético dos edifícios autorizados, às condições de segurança dos edifícios construídos em altura e à sua deficiente inserção em zonas antigas da cidade, à falta de beleza das fachadas dos nossos edifícios, à falta de preocupação com o traçado das estradas nomeadamente as entradas na cidade que são verdadeiras vias de morte à porta de quase todos os estabelecimentos de ensino da cidade, à ligeireza com que grandes obras têm sido realizadas sem o estudo prévio aturado e que depois têm dado consequência desastrosas. Claro que o passado não tem remédio mas desejamos que o futuro o tenha ".

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara embora concorde com as considerações tecidas relativamente ao desfazamento existente entre o Plano de Actividades e as receitas previstas no Orçamento <sup>entente</sup> /ser salutar e desejável que o Orçamento tenha uma maleabilidade de 20 ou 30% por razões práticas de funcionalidade e de boa técnica. tanto mais que, a exemplo do que em anos anteriores tem afirmado, este Plano terá uma percentagem de não realização estimada

*Alcides*  
*mit*  
*Alcides* . 7 .

em cerca 20% e que considerará muito bom se forem atingidos os restantes 80% de execução.

Relativamente às considerações feitas sobre o não acompanhamento do Plano de uma nota introdutória explicativa, entende não ser tão importante quanto se pretende fazer crer já que no Plano estão inscritas as prioridades que a Câmara entende considerar e, de entre aquelas, está também realçada a sua filosofia de prioridades através da análise que se faça ao valor das obras inscritas.

Mais salientou que nada consta do Plano quanto a saúde por não ser área das atribuições da Câmara, embora na rubrica do equipamento social esteja previsto o apoio à construção do Posto Médico de Tabueira.

Relativamente à interpretação feita sobre a sua comunicação, salientou que as suas palavras não se traduziam em críticas ao Governo, apenas foram proferidas no sentido de transmitir à Assembleia os problemas com que o Poder Local e os Municípios se têm de deparar.

Salientou, ainda, que o facto de, pela primeira vez desde nove anos, aparecer no Plano o problema da juventude, significa que a Câmara também sente que urge fazer algo no campo da juventude, embora não esteja aquele tema expressamente inserido na lei das competências dos Municípios. Porém, referiu que as soluções deverão aparecer através da própria juventude e, porque a Câmara sente o problema, tudo fará no sentido de prestar o maior apoio possível, até porque pouco se vê ser feito pelos organismos vocacionados para o efeito.

No que respeita ao objectivo 10-meio ambiente e às questões colocadas, deu nota dos projectos inseridos no Plano, salientando que, a rubrica "Outros", implica uma série de intervenções nomeadamente a incentivação à constituição da Associação de Municípios da Ria, tarefa que poderia ter sido conseguida com a realização do Congresso e Jornadas da Ria, de que só agora foram publicados os trabalhos.

De novo no uso da palavra e reportando-se às afirmações feitas pelo Presidente da Câmara quanto às prioridades a desenvolver pela Câmara, o Vogal Carlos Jerónimo perguntou se, tendo sido destacada como grande prioridade o objectivo inerente à Educação, no âmbito propriamente dito da Câmara, se considera que as verbas destinadas àquele objectivo comparadas com as de 1985, correspondem à prioridade das prioridades, tendo o Presidente da Câmara realçado que não afirmou ser a Educação a prioridade das prioridades mas sim que, tudo quanto consta no Plano, são as prioridades que a Câmara pensa executar.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara deu nota

*F. Heiny*  
*António*  
*Andrade* . 8 .

de que no Plano a Câmara dedicou a sua atenção preferencialmente ao investimento, nomeadamente em criação de zonas desportivas e equipamento social generalizado.

De novo no uso da palavra, o Vogal Fariados Santos salientou que, depois de ter ouvido o Presidente da Câmara dizer que os quatro grandes objectivos seriam a Educação, transportes e viação, água e saneamento e, ainda, o meio ambiente, não poderia acreditar que pela atribuição de uma verba de 7900 contos ao meio ambiente se daria por satisfeita a execução desse grande objectivo.

Por outro lado, aquele Vogal ao concordar com a afirmação de que o Orçamento foi executado tendo em atenção a maleabilidade necessária e correcta para a gestão camarária, salientou que seria fundamental que tal maleabilidade fosse apoiada e esclarecida através de uma nota explicativa para que se pudessem extrair as ilações inerentes à filosofia do Plano.

Finalizando, aquele Vogal ao louvar a acção desenvolvida pelo Presidente da Câmara no âmbito da defesa da Ria, lançou um desafio à Câmara para que tomasse a iniciativa da realização de um congresso ou reuniões sobre a problemática da juventude para que, todos juntos, Câmara, Assembleia e Organismos vocacionados para os problemas da juventude, fossem capazes de definir uma filosofia de juventude.

Encerrado o debate, na generalidade, do Plano de Actividades da Câmara para o ano de 1986, o Presidente submeteu-o à votação tendo sido aprovado por vinte e sete votos a favor e três abstenções.

O Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: " A minha abstenção é fruto sobretudo de uma longa discussão e de uma longa divergência de opiniões entre a minha e a do Sr. Presidente da Câmara, pois eu continuo a pensar que os Planos de Actividades não podem continuar a serem apresentados como meras listagens de obras que se vão realizar. O Plano de Actividades, do ponto de vista da obrigatoriedade legal, está correcto, mas do ponto/da <sup>devista</sup> apresentação à Assembleia Municipal não está correcto porque, embora o Plano possa ser uma declaração de intenções, sê-lo-á de intenções realizadas e realizáveis ou não, e é também a indicação das obras e sobretudo da razão por que se fazem. Por isso me abstive ".

O Vogal Faria dos Santos, em representação da sua bancada, fez a seguinte declaração de voto: " A bancada do PSD votou favoravelmente, na generalidade, o Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro para o ano de 1986 muito embora reconheça que dele não resulta de modo claro a prioridade de objectivos ou mesmo a definição correcta destes. Por outro lado, reconhece-se que uma simples listagem não permite um regular acompanhamento da execução do Plano.



*Shaim*  
*15*  
*1986* . 9 .

Todavia, a bancada do PSD reconhece o equilíbrio do Plano e nessa circunstância deu-lhe o seu apoio ".

Imediatamente a seguir deu-se início ao debate, na ESPECIALIDADE, do Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano de 1986.

OBJECTIVO 01 - EDUCAÇÃO - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara salientou estarem referenciadas as preocupações da Câmara quanto à educação, passando à pormemorização dos diversos projectos inseridos no objectivo em debate.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra o Vogal Rogério Leitão para solicitar esclarecimentos relativamente à não inclusão no Plano para o ano em curso do estudo e projecto de implantação das escolas da Vera-Cruz e da Glória ao contrário do que se verificava no Plano do ano transacto.

Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca da justificação da mudança da designação e conteúdo do programa 02- ensino primário que anteriormente era designado ensino básico. Ainda no âmbito de pedidos de esclarecimento, aquele Vogal pretendeu saber se a não inclusão de qualquer referência ao Ciclo de Oliveirinha na área da educação tem a contrapartida fora do Plano de Actividades da Câmara.

Também no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo reforçou a questão levantada sobre a problemática adjacente ao Ciclo de Oliveirinha e solicitou esclarecimentos acerca dos desníveis que se verificam nas verbas definidas para a construção de uma sala em Azurva, em Requeixo e em Mamedeiro, alertando a Câmara para eventuais problemas que parece estão a ser levantadas quanto à construção da sala em Azurva.

No âmbito do ensino primário, aquela Vogal chamou a atenção para os sucessivos adiamentos por que têm passado as Escolas Primárias de Eixo, tanto mais que a aprovação do lançamento de derramas no ano de 1984 tinha como fundamento a afectação de parte daquela receita para a construção das citadas Escolas. Assim, e porque ainda não foram adquiridos os terrenos necessários, o seu alerta tem por finalidade sensibilizar a Câmara para que, no decorrer do ano presente, seja efectivamente solucionado tão urgente problema.

Realçou, ainda, a urgência de que se reveste a implantação de equipamento escolar na área de Santiago.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para acompanhar o Vogal Rogério Leitão nas questões levantadas acerca das Escolas da Vera-Cruz e do Ciclo Preparatório de Oliveirinha.

*Alcides* *10*

No âmbito da educação pré-escolar, aquele Vogal solicitou esclarecimentos acerca do critério de prioridades estabelecido para a construção de salas próprias para o ensino referido, fundamentalmente porque pensa que tais opções têm que ser articuladas com a Direcção-Geral do Ensino Básico.

Solicitou, ainda, esclarecimentos acerca das dúvidas existentes sobre o que efectivamente se pretende executar no Cabo Luís, ou seja, dado que no Plano do ano transacto constava a implantação do ensino primário e no Plano em apreciação se faz referência do ensino pré-escolar e à construção de um complexo escolar/se se pretende fundir, numa só área, o ensino básico e o pré-escolar.

Manifestou, de seguida, a sua discordância quanto à designação do Programa 02 - Ensino Primário pois que hoje o mesmo se designa por ensino básico por depender da Direcção-Geral do Ensino Básico.

Solicitou também esclarecimentos sobre o ponto da situação das escolas primárias de São-Barrocas que ora constam ora não constam no Plano de Actividades e, ainda, sobre a construção do complexo Escolar de Santiago, nomeadamente até que ponto a responsabilidade da Câmara é fundamental para a concretização daquele complexo.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal abordou a problemática da Acção Social Escolar, nomeadamente no âmbito da distribuição do suplemento alimentar, e perguntou até que ponto tem a Câmara responsabilidades naquela área e se tem, qual a acção que pensa vir a desenvolver.

Seguidamente, usou da palavra o Vogal António Noberto Correia para tecer algumas observações Sobre o objectivo em debate, nomeadamente no que concerne ao ensino pré-escolar e à afirmação feita pelo Presidente da Câmara de que, no Solposto, iriam ser criados dois lugares em substituição do único lugar que já existe. Contudo, referiu que, sendo o lugar existente provisório, as verbas definidas, para a prosecução de tal projecto são manifestamente insuficientes.

Registou, porém, com agrado a comunicação feita sobre a preocupação que está no espírito da Câmara sobre a necessidade de construção de escolas primárias em zonas densamente habitadas, nomeadamente na Urbanização da Quinta do Grinê, pois de facto entende que é uma necessidade social que existe na Freguesia de Santa Joana e que gostaria de ver minimizada. Contudo, nada consta no Plano sobre tal problema.

Em resposta às questões levantadas, o Presidente da Câmara começou por informar que não se faz qualquer referência, na área do ensino básico, ao Ciclo Preparatório de Oliveirinha, porque não foram transferidas quaisquer competências e receitas para as Câmaras naquele âmbito. Contudo, informou ter tido conhecimento de que aquele estabelecimento está incluído no Plano da Direcção-Geral

*Hein*  
*ms*  
*Hein*

dos Equipamentos Educativos, embora a médio prazo.

Prestou, ainda, pormenorizados esclarecimentos sobre as salas para o ensino pré-escolar em Mamodeiro, Requeixo e Azurva, bem como sobre a problemática das escolas primárias de Eixo, salientando que serão feitas as diligências necessárias para que seja cumprido o desejo da Câmara de que durante o ano corrente venha a ser lançada tão importante obra para a população de Eixo.

No que respeita às Escolas Primárias da Glória, informou que serão integrados no complexo Escolar de Santiago e que as Escolas da Vera-Cruz não vêm referenciados no Plano por se verificar que a Urbanização de São-Barrocas, zona onde serão construídas, não terá o desenvolvimento desejável que permita o lançamento das mesmas.

Entretanto, abandonou a sala o Vogal Artur Lobo.

Ainda no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que as prioridades quanto à definição de lugares para o ensino são definidas pela Direcção - Escolar, salientando que no Cabo Luís o complexo escolar primário e a sala para o pré-escolar irão provavelmente ser instalados na mesma área. tecendo também algumas considerações sobre a problemática inerente ao complexo escolar de Santiago acabando por referir que, presentemente, a responsabilidade da sua construção impende sobre a Câmara.

No seguimento dos esclarecimentos solicitados no âmbito da acção social escolar, tomou a palavra o Vereador Celso Augusto dos Santos para apresentar cumprimentos e saudações aos membros desta Assembleia e, de imediato, manifestar a sua surpresa pela forma correcta e interessada como são colocadas as questões, nomeadamente pelas bancadas da oposição porque, pela sua inexperiência e pelos relatos feitos através da imprensa, fazia uma noção errada daquilo que efectivamente se verifica, pelo que se congratula em estar presente.

No que respeita à acção social escolar, referiu que continua a ser responsabilidade da Câmara Municipal podendo constar de transportes escolares, alimentação, subsídios de auxílios económicos que envolvem desde o vestuário para a chuva até aos apetrechos para os deficientes.

*Handwritten notes and signatures:*  
v. h. i. n. g.  
p. e. s.  
L. Santos

Concretamente no âmbito da alimentação, deu nota de que no concelho de Aveiro não está qualquer refeitório das escolas primárias a funcionar mas que deverá a Câmara tomar a iniciativa de colocar todos em funcionamento, se bem que se esteja a promover acção social neste campo através da distribuição gratuita do suplemento composto por leite por todos os alunos do Concelho, através do Estado.

No que respeita à nova estrutura do ensino esclareceu que, embora tudo seja coordenado pela Direcção-Geral do Ensino Básico, continua a haver duas classes de ensino, quais sejam o ensino primário e o ensino preparatório.

Também no uso da palavra e no seguimento dos esclarecimentos prestados, o Vogal Faria dos Santos apelou para que, existindo nas escolas de Eixo refeitório e se porventura vierem a ser distribuídas verbas para auxílio alimentar, Eixo não venha a ser esquecido.

Como apontamento, aquele Vogal realçou a sua surpresa com a surpresa do Vereador Celso Santos, fazendo votos para que as dúvidas que eventualmente subsistam no seu espírito sejam definitivamente afastadas porque o ambiente de Aveiro é aquele que se constata.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo solicitou esclarecimentos acerca do Ciclo Preparatório de Oliveirinha pois que em anteriores informações e pese embora o facto de tal empreendimento estar em terceira prioridade, o Presidente da Câmara tenha dado nota de que poderia haver uma alteração por forma a que viesse a ser considerado primeira prioridade, tendo o Presidente da Câmara informado não ter quaisquer referências sobre a questão.

Ainda no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo apelou para que, na medida do possível, a Câmara tivesse em conta o problema da Acção Social Escolar dado que o problema alimentar é uma condicionante extremamente grave no ensino e portanto em tudo quanto possa ser feito neste campo, a Câmara deve actuar activamente.

Encerrada a discussão na especialidade, o Presidente submeteu à votação o objectivo 01 - Educação que mereceu aprovação por vinte e oito votos a favor e uma abstenção.

OBJECTIVO 02 - CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES: - Sobre o tema, pronunciou-se o Presidente da Câmara para dar nota dos projectos constantes, dando certo realce ao apoio ao II Festival do cinema dos países de expressão portuguesa, às perspectivas da realização da Feira do Livro mas em zona mais próxima ao contacto directo do público com o livro e, na mesma linha de acção, sali

entou a instalação de uma Galeria-Museu Municipal num edifício que melhor possibilitasse o acesso e o contacto mais directo do público com a arte.

Deu ainda nota de que as obras de recuperação da Fábrica Jerónimo Pereira Campos terão início em Setembro e que permitirão a instalação de um museu etnográfico e um museu de cerâmica. Outros museus se pretendem criar, de entre os quais destacou o museu da caça e pesca que se pretende venha a ter uma articulação com as escolas e exerça uma acção pedagógica importante, realçando que a sua instalação terá o apoio da Confederação, que terá a sua sede em Aveiro.

No que respeita ao desporto e tempos livres, considera que é uma matéria que se pode incluir dentro do campo da humanização da cidade, da necessidade que há em que a comunidade evolua e cresça fisicamente de acordo com os seus padrões culturais.

Nesta área, destacou o apoio à construção das piscinas do Sporting e do Beira-Mar bem como à construção de uma nova pista de atletismo em tartan louvando, neste caso, o forte empenhamento demonstrado pela Associação de Atletismo de Aveiro.

Aberto o período de discussão, tomou a palavra a Vogal Maria António Pinho e Melo para sugerir que fosse introduzida uma alteração à redacção do projecto 06 por entender que há Associações Culturais que pela sua actividade normal e permanente justificam a concessão de subsídios e tal filosofia apenas beneficia as Associações que, esporadicamente, tomem iniciativas de âmbito cultural. Assim propôs que fosse criado um Órgão com carácter consultivo constituído por representantes das colectividades e da Câmara com o intuito de elaboração de propostas sobre a distribuição de subsídios, porque ao longo dos anos têm surgido grandes polémicas e questões quanto à forma como são distribuídos aqueles subsídios.

Solicitou, de seguida, pormenores acerca dos projectos 14 e 15 e do que se pensa fazer às verbas definidas, bem como solicitou esclarecimentos acerca da forma como vão ser aplicados os dois mil contos definidos para apoio à construção das piscinas, e qual é o ponto da situação relativamente ao projecto 01 do programa 02 - desporto. Nesta área perguntou quais as possibilidades concretas que o Beira-Mar possui para mobilizar os meios financeiros necessários para concretização do projecto, caso se confirme a participação do Estado em 70% do seu valor global estimado em cerca de 160 mil contos, a preços de 1985. Alerrou, ainda, a Câmara para a promessa feita pelo seu Presidente em submeter à apreciação desta Assembleia o protocolo de utilização das piscinas antes de ser posto em funcionamento.

*Shirley*  
*per*  
*Lucas* . 14 .

Mais perguntou o que de concreto se pensa fazer na Baixa de Santo António e de quem partiu a iniciativa da construção da piscina de Oliveirinha e qual o seu ponto da situação.

Também no uso da palavra o Vogal Faria dos Santos começou por salientar que a instalação da Federação de Caça e Pesca no Concelho de Aveiro dignifica a cidade, fazendo contudo votos para que não aumente incrivelmente o número de caçadores dado que vão rareando as espécies de caça na nossa ria que importa salvaguardar, talvez até pela iniciativa que a Câmara possa e deva desenvolver no sentido de que venha a ser alargada a reserva de caça de S. Jacinto.

Relativamente à problemática das piscinas, aquele Vogal salientou que as verbas definidas são efectivamente irrisórias, mas porque não está devidamente identificado com o processo, solicitou que fosse explanada um pouco mais a situação.

No que se reporta ao apoio à construção de uma pista de tartan salientou que o local onde se pretende instalar tal equipamento é pouco próprio e que a ser levado por diante, deverão ter que ser tomadas grandes medidas de segurança e vigilância para a sua preservação dada a sua sensibilidade.

Sobre as questões colocadas, o Presidente da Câmara começou por informar que a redacção dada ao projecto 06, do programa 01 - cultura foi intencional por se entender que dar subsídios indiscriminadamente a todas as associações não era a melhor filosofia, tanto mais que pela sua simples existência deverão as colectividades demonstrar serem merecedoras dos subsídios através de iniciativas concretas. Mais informou que no projecto 15 - outras iniciativas as correspondentes verbas são consideradas residuais dadas as dificuldades existentes para se prever, no campo da cultura, iniciativas que fatalmente serão tomadas e careçam do apoio da Câmara.

Considerando que as verbas definidas para o apoio à construção das piscinas são insuficientes, salientou que aqueles empreendimentos não são da responsabilidade directa da Câmara mas sim dos Clubes, entidades que, ao contrário da Câmara, podem ser comparticipadas. No que respeita ao empreendimento da responsabilidade do Beira-Marsalientou que não terá aquele Clube capacidade financeira para a sua construção, por isso pensa que deverá ser constituída uma Comissão dinamizadora para angariação de fundos e materiais para a primeira fase que está orçada em cerca de 40 mil contos. As verbas definidas são considerados subsídios e têm por finalidade possibilitar o arranque das obras, cujos projectos se encontra na DGERU para apreciação, entidade junto da qual têm sido feitas diligências e demonstrada a necessidade de que Aveiro venha a ter dois complexos desta

*Ther...*  
*per*  
*Silva*

natureza.

Quanto ao problema levantado sobre o protocolo informou que será o Estado a impor a sua existência por ser da sua directa competência face à participação que vier a conceder.

No que respeita ao estudo e projecto da Baixa de Santo António informou que há um programa delineado e que passa pela abertura de um curso para paisagistas pelo que não poderá concretizar melhor.

Mais informou que a construção da piscina de Oliveirinha foi de iniciativa da Junta à qual a Câmara dá apoio.

No que respeita ao museu de caça e pesca e à instalação de uma confederação de caçadores em Aveiro informou que se pretende e espera que, junto das escolas, venha a exercer uma função pedagógica e sensibilizadora para a preservação das espécies para além da função cultural geral que o museu pode de facto representar.

Em complemento dos esclarecimentos prestados, o Vereador Eng<sup>o</sup>. Vitor Silva salientou que a confederação de caçadores não terá propriamente e logicamente uma função fiscalizadora dos matadores de caça, pretendendo sim fazer não só um museu de caça onde pontificarão as espécies da região nacionais mas também dos utensílios utilizados na caça ao longo dos tempos. Terá ainda a grande acção do reenvolvimento das espécies em zonas rurais do Concelho.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara salientou que, a exemplo do que se verifica pela Europa fora e em cidades da dimensão de Aveiro, a filosofia dos grandes museus desaparece para dar lugar à prática da implementação de pequenos e específicos museus, como forma de humanização da cidade e fazer cultura.

Tomando de seguida a palavra, o Vogal Rocha Andrade lamentou que no Plano nada conste sobre a implementação de instalações próprias para a prática de espectáculos culturais, adaptadas às circunstâncias actuais, facto que limita o fomento da actividade cultural bem como outro tipo de acções, nomeadamente a realização de colóquios e conferências não estritamente culturais, salientando que, ao fazer tais críticas, não está de modo algum a esquecer o programa para a Fábrica Jerónimo Pereira Campos. Porém também pensa que, porque aquela solução está ainda muito distante da realidade e porque mesmo a ser concretizada, não invalida que se promovam acções tendentes a criar pequenos auditórios ou espaços para a prática cultural, que pela natureza e características históricas da zona, poderiam ser implementados na zona da Beira-Mar.

No que respeita ao programa desporto e tempos livres no-

*Thiry*  
*16*  
*Susino*

meada e concretamente ao problema das piscinas, apelou para que fossem feitos esforços no sentido de que tal e tão importante equipamento fosse colocado à disposição da comunidade através da criação de uma associação de colectividades, bem como perguntou se as entidades competentes não põem reservas quanto à localização definida para a implantação da pista de tartan e ao financiamento das obras face ao volume dos encargos que tal empreendimento necessariamente mobilizará. Perguntou ainda em que termos será projectado um empreendimento de natureza desportiva para a Baixa de Santo António e, concretamente, que acção será desenvolvida pela Câmara quanto à construção da piscina da Oliveirinha.

Concluindo, aquele Vogal solicitou esclarecimentos relativamente ao projecto ou programa das festas da ria e do município.

Seguidamente, tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para salientar que da análise ao Plano se depreende uma aposta forte na cultura. Contudo, solicitou esclarecimentos acerca da forma a utilizar para a atribuição das verbas que não tenham ainda um aplicador directo.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara informou que o programa de recuperação para a Fábrica Jerónimo Pereira Campos, que terá início em Setembro e uma duração de trinta meses, prevê a construção de um grande auditório, um teatro de bolso, uma sala de palestras e conferências, museus, galerias de exposições e trinta salas para sedes de associações. Quanto a outras instalações referiu que estão negociadas as aquisições das instalações do Banco Nacional Ultramarino e de outros edifícios na zona da Beira-Mar onde se poderão desenvolver acções de índole cultural.

No que respeita ao apelo feito sobre a acção dinamizadora tendente à criação de uma associação de colectividades para suporte jurídico das piscinas, entende que, por já estarem em marcha os processos de financiamento, tal não será praticamente viável.

Reportando-se à problemática da Baixa de Santo António, referiu que a acção mais próxima passa pela abertura de concurso para um projecto, cujo resultado será submetido à apreciação desta Assembleia, até porque é a única grande e significativa obra que se pensa lançar na área da cidade.

Prestou, ainda, esclarecimentos diversos acerca do complexo desportivo de Oliveirinha e do programa das festas da cidade que ainda não está minimamente definido, bem como delineou a forma de aplicação de verbas genéricas inseridas no Plano.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para felicitar a Câmara pela iniciativa de pensar promover a Feira do Livro em zonas



*Almeida*  
*M. S.*  
*17.*

mais propícias ao contacto directo do livro com o público, porque compete à Câmara transformar aquela feira no acto cultural e não meramente comercial através de outras realizações culturais que em seu torno possam ser desenvolvidas.

Manifestou, de seguida, a sua clara discordância quanto à formulação do programa 01 - cultura, projecto 06 - subsídios a iniciativas de agrupamentos ou associações culturais, porque entende não ser possível a sobrevivência das associações culturais sem o apoio das Câmaras Municipais e porque as iniciativas podem não aparecer por falta de apoio e, aparecendo, podem não ser classificadas merecedoras do mesmo apoio.

Solicitou, ainda, alguns dados acerca dos louváveis objectivos referidos no Plano, nomeadamente com que apoios pensa a Câmara desenvolver as acções de recolha, recuperação e catalogação da azulejaria municipal, recolha etnográfica e levantamento histórico-cultural.

Relativamente ao programa desporto e tempos livres, referiu que, tendo a Câmara prosseguido com a tarefa de dotar o concelho com instalações desportivas e tendo conseguido concretizar tal objectivo, deveria ser tomada em consideração uma acção de acompanhamento no sentido de que sejam as instalações desportivas aproveitadas e devidamente utilizadas. Salientou ainda que, no que respeita aos tempos livres e aos projectos inseridos no Plano, não será propriamente uma política de juventude mas contribuirá certamente para atingir tais objectivos. Como formas de chegar à juventude entende que seria importante a criação de espaços para ocupação de tempos livres, nomeadamente em articulação com o FAOJ e, ainda, com o alargamento da cobertura de parques infantis pelo concelho.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal solicitou esclarecimentos acerca do ponto da situação da cedência do terreno para a construção do pavilhão do Clube dos Galitos.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Helder Filipe para apresentar cumprimentos a todos os restantes membros desta Assembleia, aos Vereadores da Câmara e seus funcionários.

Na análise ao Plano, começou por reforçar as palavras proferidas pelo Vogal Carlos Jerónimo de que será extremamente importante que sejam realizadas outras iniciativas culturais no decorrer da Feira de Março.

Demonstrou, de seguida, a sua surpresa por verificar que tão drástica redução foi efectuada na área de subsídios aceitando, contudo, como válidas as explicações dadas.

No que respeita ao desporto, manifestou a sua congratulação pelo facto de se vir a construir uma pista de tartan em Aveiro, achando exce-

lente a ideia da sua localização que entende será o embrião de uma grande zona desportiva da cidade. Contrariamente, discorda da implantação das piscinas do Beira-Mar em Santiago porque, dadas as condições climatéricas desta cidade, será impossível atingirem-se grandes marcas desportivas.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal discorda que se tenham reduzido as verbas na área do desporto e tempos livres, alertando, ainda, para a necessidade de serem implantados pequenos ringues desportivos nas freguesias rurais, lamentando que nada conste no Plano.

Também no uso da palavra, o Vogal Rogério Leitão começou também por salientar que houve de facto uma grande redução de verbas no campo da cultura, factor que reflete um certo abandono da parte da cultura em favor de investimentos tal como já havia referido o Presidente da Câmara. Concordando embora que a Câmara compete <sup>em</sup> investir em estruturas que resultem em benefícios para a população, não poderia deixar de salientar que a cultura também é um investimento muito importante, porque uma cidade como a de Aveiro que tem tido um crescimento evidente, tem que crescer em harmonia onde a parte cultural tem um papel fundamental para que quer o crescimento do concelho quer o da população sejam equilibrados.

Assim, pensa que seria oportuno uma revisão aos apoios à cultura, nomeadamente na parte que respeita à atribuição de subsídios.

No que respeita ao projecto da Baixa de Santo António, colocou algumas reservas quanto à forma como vão ser estudadas as soluções porquanto entende que o problema daquela área, em primeiro lugar, reside na definição das estruturas ideais integradas no ambiente da cidade, pelo que não deveriam ser os paisagistas a dar as primeiras soluções mas sim as entidades ligadas ao meio ambiente.

Concluindo a sua intervenção, aquele Vogal enalteceu a referência que, pela primeira vez, o Plano faz ao problema da juventude e ocupação de tempos livres, embora reconheça que está muito pouco concretizada e abstracta.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara salientou que com a redacção dada ao programa 01 - projecto 06 se pretende fazer o controle dos subsídios e acautelar e incentivar as associações a tomarem iniciativas válidas e objectivas.

Quanto às formas que se pensam adoptar para o prosseguimento dos projectos 11, 12 e 13 do programa 01, deu nota de que serão feitos contactos com todas as Juntas de Freguesia e associações culturais no sentido da sensibilização para os projectos referidos, realçando, também, que um dos grandes objectivos passava pela útil e necessária criação de uma comissão municipal de

Shuuy  
19.  
Suis

cultural no Concelho de Aveiro por forma a que possam ser devidamente analisados e solucionados os problemas culturais do Concelho.

Prestou, ainda, variados esclarecimentos inerentes ao programa do desporto, realçando que uma das preocupações da Câmara e que se prendia com a criação de estruturas desportivas do Concelho está praticamente delebelada, pelo que a partir desta fase, será mais fácil coordenar e promover iniciativas desportivas.

Reportando-se à problemática da juventude do Concelho de Aveiro, salientou que, dados os perigos provenientes da falta de espaços para ocupação de tempos livres, urge tomarem-se medidas tendentes a cativar a atenção da juventude para ocupação mais sólidas, para o que se pensa construir instalações, designadamente edifícios, parques desportivos e infantis, de que nada consta no Plano mas que lhe será aditado.

Mais informou que a Câmara mantém o compromisso da cedência de terrenos para a construção do pavilhão do Clube dos Galitos.

Reportando-se às considerações tecidas <sup>sobre</sup> a diferença de verbas para a cultura, desporto e tempos livres existente entre os Planos do ano transacto e do presente, considera que não é realmente muito sensível, dado que no Plano do ano findo constavam obras que, ou porque foram executadas (arquivo histórico municipal) ou porque passaram para a esfera da responsabilidade de outras entidades (recuperação da Fábrica Jerônimo Pereira Campos) desnivelaram os Planos nesta área.

Encerrado o debate do objectivo 02 - Cultura, Desporto e Tempos Livres, o Presidente submeteu-o à votação tendo merecido aprovação por vinte e um votos a favor e oito abstenções.

O Vogal Faria dos Santos, no uso da palavra, fez a seguinte declaração de voto: " A abstenção expressa pela bancada do Partido Social Democrata radica-se na convicção de que os inúmeros projectos do programa 02 deste objectivo visam apenas a listagem de promessas e anseios diversos e não a conceção concreta das obras ou acções descritas. A dotação global atribuída (21750 contos) não permite sequer a satisfação mínima de alguns dos projectos indicados. Queriam, por fim agradecer à Câmara a oferta dos três volumes sobre as Jornadas da Ria com que distinguiu cada um de nós".

De imediato, o Vogal Rocha Andrade, em representação da bancada do Partido Socialista, fez a seguinte declaração de voto: " A minha bancada votou favoravelmente esta proposta porque está a favor dos pontos aqui inseridos não obstante considerar que muitos outros há que não estão incluídos neste capítulo".

O Vogal Carlos Jerónimo fez também a seguinte declaração de voto: " Abstive-me na votação deste objectivo, condicionado pela disposição da Lei que apenas permite aprovar ou rejeitar o Plano. Penso que as várias intervenções abordaram diversos aspectos extremamente importantes e pertinentes que enriqueceriam o Plano. Não verifiquei disponibilidade da Câmara para aceitar as sugestões apresentadas e torná-las como suas para integrarem o Plano, o que não posso deixar de lamentar. Por isso me abstive ".

Imediatamente a seguir, o Presidente submeteu à votação proposta no sentido de que o número de reuniões da sessão ordinária em curso seja prolongada até ao dobro já que, com a realização da presente reunião se atingiram os limites previstos no Artigo 389. do Decreto-Lei nº. 100/84, de 29 de Março, e que portanto a presente sessão possa ter seis reuniões, tendo sido obtido o consenso do plenário.

Dado o adiantado da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 0,45 minutos do dia 8.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, e que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

*Raimundo*  
*[Signature]*  
*[Signature]*